



COMITÊ TRIBUTÁRIO

# Reforma Tributária

Versão da PEC nº 45/19  
aprovada pelo Senado

## Pontos a serem tratados

### ➤ Texto Aprovado pelo Senado Federal

- Tributos Criados/Extintos
- Imposto Seletivo
- Tributação sobre o Patrimônio
- Características Gerais do IBS e da CBS
- Alíquotas
- Regimes Específicos e Alíquotas reduzidas
- Comitê Gestor
- Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR)
- Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais
- Regime de Transição

### ➤ Impactos para operações com energia elétrica

- Cenário Atual da Tributação
- Pontos Positivos e Negativos do texto aprovado
- CVA – Pontos de atenção
- Outros Temas relevantes ao setor

### ➤ Cenário Político Atual e Próximos Passos



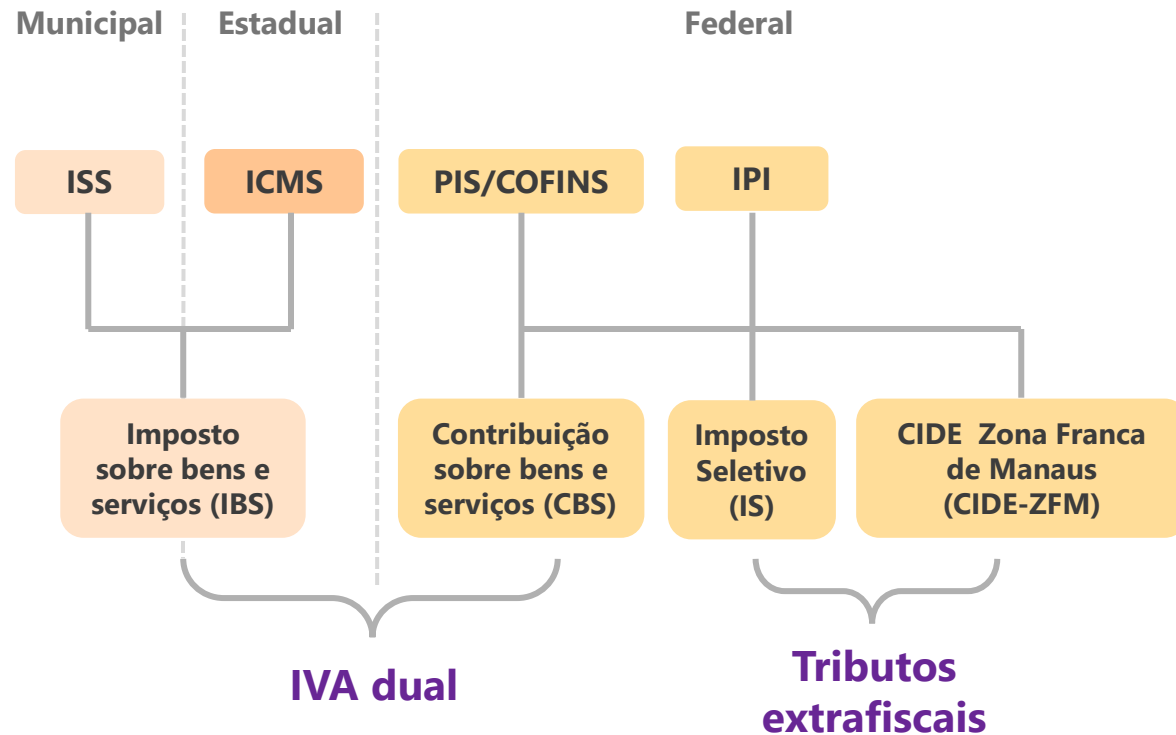


**>>> Texto aprovado  
pelo Senado Federal**



# Reforma Tributária aprovada pelo Senado

## Tributos criados/extintos



## A CIDE-ZFM



O relatório do Senado previu a criação de uma nova CIDE de forma a manter em caráter geral, o nível de competitividade da ZFM e das ALCs.



A nova CIDE poderá incidir sobre a importação, produção ou comercialização de produtos que tenham industrialização favorecida na ZFM ou nas ALCs, garantido tratamento favorecido às operações nas referidas áreas.



Os recursos arrecadados com a CIDE serão aplicados em subvenções à industrialização na ZFM ou em um novo Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas.



A região gera a importante fatia de **26% da energia elétrica consumida em todo o país**. Atualmente, quatro das cinco usinas hidrelétricas do país em funcionamento se localizam na Amazônia: **Belo Monte, com 11.233 MW de potência instalada, Tucuruí, com 8.535 MW, Jirau, com 3.750 MW e Santo Antônio, com 3.568 MW.**



# Reforma Tributária aprovada pelo Senado (cont.)

## Imposto Seletivo



**Não incidirá sobre exportações, energia elétrica e telecomunicações.**



Terá finalidade extrafiscal, e somente incidirá sobre bens e serviços prejudiciais à saúde e meio ambiente.

1

Incidirá uma única vez por produto e serviço.



Não incidirá sobre bens e serviços que tenham alíquota reduzida em 60% do IBS e da CBS.



Está incluso na base do IBS e da CBS, porém, não na própria base.



Terá suas alíquotas previstas em lei ordinária, as quais podem ser *ad valorem* ou por unidade de medida.



Quando incidente na extração, o IS será cobrado independentemente da destinação e terá alíquota máxima de 1% do valor de mercado do produto.



O IS será sujeito à anterioridade anual (inovação do Senado) e à anterioridade nonagesimal (já constava do texto da Câmara).

A trava contra o aumento da carga tributária **NÃO** se aplica ao IS.

Não há proibição expressa de cobrança do IS sobre bens e serviços que tenham alíquotas reduzidas do IBS/CBS em 100% ou 30%.

# Reforma Tributária aprovada pelo Senado (cont.)

## Características gerais do IBS e da CBS



- **Base de incidência ampla:** Os tributos incidirão sobre bens materiais ou não, serviços e direitos.



- O IBS e a CBS não estão inclusos na própria base de cálculo.



- O IBS e a CBS não serão objeto de benefícios financeiros ou fiscais, salvo as hipóteses previstas na Constituição.



- **Não-cumulatividade plena**, excetuados os bens de uso e consumo pessoal.



- **IVA Dual:** A União administra a CBS exclusivamente, e os Estados e Municípios dividem a administração do IBS em um Comitê Gestor.



- O IBS será tributado no destino.



Lei complementar poderá prever um contencioso administrativo integrado para o IBS e para a CBS e soluções integradas para a administração e cobrança dos dois tributos.

**Legislação unificada:** O IBS e a CBS terão os mesmos fatos geradores, hipóteses de não-incidência, sujeitos passivos, imunidades, regimes específicos e diferenciados ou favorecidos de tributação, e serão regulados pela mesma lei complementar.

**Exceção:** os Estados e Municípios podem estabelecer suas alíquotas gerais do IBS desde que ela seja uniforme, salvo casos específicos.

## Apuração de créditos

O texto aprovado permite que sejam criadas hipóteses em que aproveitamento do crédito ficará condicionado à verificação do efetivo recolhimento do imposto incidente sobre a operação ou prestação anterior.

## Cashback

Lei complementar estabelecerá hipóteses de devolução do tributo a pessoas físicas, inclusive em relação a limites e beneficiários.

Haverá o cashback nas operações de fornecimento de energia elétrica e gás liquefeito de petróleo ao consumidor de baixa renda, podendo a lei complementar determinar que seja calculada e concedida no momento da cobrança da operação.

# Reforma Tributária aprovada pelo Senado (cont.)

## Alíquotas do IBS

### Regra geral: alíquota única padronizada



Resolução do Senado Federal estabelecerá uma **alíquota de referência**; a qual terá por objetivo a manutenção da carga tributária.



Cada ente federativo estabelecerá **uma alíquota única para todos os bens e serviços**, podendo ser vinculada à alíquota de referência



A alíquota final do **IBS é igual a soma das alíquotas** municipal e estadual



Entretanto, foram previstas diversas exceções, dentre imunidades, regimes específicos e diferenciados, entre outros.

### A trava contra o aumento da carga tributária



Foi criada uma previsão expressa de que o Senado limitará/travará as alíquotas de referência do IBS e da CBS de forma a manter, em proporção ao PIB, a receita dos tributos extintos



Também foi previsto de forma expressa que as alíquotas que superarem a referência fixada **serão reduzidas**.

### Imunidades (CBS e IBS)



Exportações



Prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita



Imunidade para as entidades previstas no art. 150, VI, da Constituição, sem a necessidade do CEBAS.

# Reforma Tributária aprovada pelo Senado (cont.)

## Regimes mantidos

### SIMPLES

As Empresas no SIMPLES podem optar por se cadastrarem como contribuintes do IBS e da CBS.

Se essa opção não ocorrer, o adquirente dos bens e serviços ainda poderá se creditar das aquisições realizadas, no montante do IBS e da CBS cobrado pelo SIMPLES.

## Demais regimes



### Bens de capital

**A Lei complementar do IBS e da CBS poderá trazer regras de desoneração da aquisição de bens de capital, o que pode ser implementado por uma redução em 100% das alíquotas aplicáveis.**

**O produto da arrecadação será integralmente destinado ao ente contratante, mediante a redução à zero dos tributos devidos a outros entes.**

**Lei complementar poderá prever alíquotas uniformes para essa operação e casos em que esse regime não é aplicável.**

**Foi criada previsão de que a imunidade recíproca nas importações para o IBS e CBS será implementada por este regime, como forma de assegurar a igualdade de tratamento com as aquisições internas.**



### Biocombustíveis e hidrogênio verde

Lei complementar preverá regime favorecido para os biocombustíveis e para o hidrogênio verde a fim de assegurar-lhes tributação inferior à incidente sobre os combustíveis fósseis

## Crédito presumido

**É possível a concessão de crédito presumido para:**



Adquirentes de bens e serviços: do produtor rural (pessoa física ou jurídica que obtiver receita anual inferior a R\$ 3.600.000,00, atualizados pelo IPCA) ou do produtor integrado que não opte por ser contribuinte do imposto;



Adquirente de serviços de transportador autônomo de carga pessoa física que não seja contribuinte do imposto, nos termos da lei complementar.



Adquirente de resíduos e demais materiais destinados à reciclagem, reutilização ou logística reversa, de pessoa física, cooperativa ou outra forma de organização popular.



Contribuinte que adquira bens móveis usados de pessoa física não contribuinte para revenda, desde que esta seja tributada e o crédito seja vinculado ao respectivo bem.



Até 2032, as montadoras beneficiadas pelos artigos 11-C da Lei nº 9.440/97 e pelos artigos 1º a 4º da Lei nº 9.826/99 terão crédito presumido da CBS (não incluindo o IBS).



Savo o caso das montadoras, os outros créditos presumidos listados serão submetidos a avaliações quinquenais de custo-benefício, a qual deverá examinar o impacto da legislação do IBS e da CBS na promoção da igualdade entre homens e mulheres



# Reforma Tributária aprovada pelo Senado (cont.)

## Regimes específicos que deverão estar dispostos em lei complementar



**Bens e serviços que promovam a economia circular e a sustentabilidade no uso de recursos naturais**



**Serviços financeiros, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos**

É possível alteração nas alíquotas, regras de creditamento e base de cálculo, mantido o crédito ao adquirente.

Podem ser criadas hipóteses em que o imposto é calculado sobre a receita, faturamento ou valor agregado, com alíquota uniforme em todo o país.



**Serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, agências de viagens e de turismo, bares e restaurantes, atividade esportiva desenvolvida por Sociedade Anônima do Futebol e aviação regional**

Podem ser previstas hipóteses de alterações nas alíquotas, base de cálculo e nas regras de creditamento.



**Operações alcançadas por tratado ou convenção internacional, inclusive referentes a missões diplomáticas, repartições consulares, representações de organismos internacionais e respectivos funcionários acreditados**

Podem ser previstas hipóteses de alterações nas alíquotas, base de cálculo e nas regras de creditamento.



**Saneamento e concessão de rodovias**

Serão previstas formas de desoneração do imposto na aquisição de bens de capital e hipóteses de alterações nas alíquotas, base de cálculo e nas regras de creditamento.



**Microgeração e minigeração distribuída de energia elétrica, inclusive, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE)**

É possível alteração nas alíquotas, regras de creditamento e base de cálculo. Podem ser criadas hipóteses em que o imposto é calculado sobre a receita, faturamento ou valor agregado, com alíquota uniforme em todo o país.



**Combustíveis e lubrificantes**

Será monofásico, e terá alíquotas estabelecidas pelo Senado que serão uniformes nacionalmente e que serão diferenciadas por produto ou específicas por unidade de medida.

É vedada a apropriação de créditos na aquisição de combustíveis para distribuição, comercialização ou revenda, porém nos demais casos haverá direito a crédito.



**Cooperativas**

Será optativo, e haverá uma definição sobre hipóteses de não-incidência sobre as operações realizadas entre a sociedade cooperativa e seus associados, entre estes e aquela e pelas sociedades cooperativas entre si quando associadas para a consecução dos objetivos sociais.

Será definido o aproveitamento de créditos das etapas anteriores.



**Serviços de transporte coletivo de passageiros rodoviário intermunicipal e interestadual, ferroviário, hidroviário e aéreo**

Podem ser previstas hipóteses de alterações nas alíquotas, base de cálculo e nas regras de creditamento.



**Disponibilização da estrutura compartilhada dos serviços de telecomunicações**

Podem ser previstas hipóteses de alterações nas alíquotas, base de cálculo e nas regras de creditamento.

# Reforma Tributária aprovada pelo Senado (cont.)

## Alíquotas reduzidas:

As alíquotas (IBS e CBS) podem ser reduzidas em 60% para:



**Serviços de Educação**



**Serviços de Saúde**



**Dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência**



**Dispositivos médicos**



**Insumos agropecuários e aquícolas**



**Produtos de cuidados básicos à saúde menstrual**



**Serviços de transporte público coletivo de passageiros rodoviário e metroviário de caráter urbano, semiurbano e metropolitano**  
(lei complementar pode prever hipóteses de isenção)



**Produtos de higiene pessoal e limpeza majoritariamente consumidos por famílias de baixa renda.**



**Produções artísticas, culturais, de eventos, jornalísticas e audiovisuais nacionais, atividades desportivas e comunicação institucional;**



**Produtos agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais in natura**



**Alimentos destinados ao consumo humano** (inclui sucos naturais sem adição de açúcares e conservantes)



**Bens e serviços relacionados a soberania e segurança nacional, segurança da informação e segurança cibernética**



**Medicamentos**, incluindo as composições de nutrição enteral ou parenteral e as composições especiais e fórmulas nutricionais destinadas às pessoas com erros inatos do metabolismo.

**TODOS** os benefícios listados neste slide serão submetidos a avaliações quinquenais de custo-benefício, as quais deverão examinar o impacto da legislação do IBS e da CBS na redução da desigualdade entre homens e mulheres

# Reforma Tributária aprovada pelo Senado (cont.)

## Alíquotas reduzidas:

### Lei Complementar preverá casos de redução das alíquotas (IBS e CBS) em 100% para:



- **Medicamentos**, incluindo as composições de nutrição enteral ou parenteral e as composições especiais e fórmulas nutricionais destinadas às pessoas com erros inatos do metabolismo)
- **Aquisição de medicamentos e dispositivos médicos** pela administração pública direta, autárquica e fundacional, e pelas entidades de assistência social de que trata o art. 150, VI, "c", da Constituição Federal, utilizados em suas finalidades essenciais;
- **Dispositivos médicos.**



**Automóveis de passageiros** adquiridos por pessoas com deficiência e pessoas com transtorno do espectro autista, diretamente ou por intermédio de seu representante legal ou por motoristas profissionais, nos termos de lei complementar, que destinem o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi).



**Atividades de reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística.**



#### Cesta básica nacional de alimentos

- Lei complementar nacional definirá os produtos destinados à alimentação humana que comporão a Cesta Básica Nacional de Alimentos, os quais terão alíquota zero do IBS e da CBS.



#### Redução de 100% da CBS para os Serviços de Educação Superior – Prouni

- Será criada uma cesta básica estendida, sobre a qual o IBS e a CBS serão reduzidos em 60% e se aplicará o *cashback*.

**TODOS** os benefícios listados neste slide serão submetidos a avaliações quinquenais de custo-benefício, a qual deverá examinar o impacto das reduções na promoção da igualdade entre homens e mulheres



**Produtos de cuidados básicos à saúde menstrual**



**Produtos hortícolas, frutas e ovos**  
(art. 28, III, da Lei nº 10.865/04)



**Dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência**



**Serviços prestados pelas entidades de inovação, ciência e tecnologia – ICT - sem fins lucrativos**



#### Lei Complementar preverá as operações com alíquotas (IBS e CBS) reduzidas em 30% para:

**Serviços de profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, desde que sejam submetidas a fiscalização por conselho profissional.**

# Reforma Tributária aprovada pelo Senado (cont.)

## O Comitê Gestor do IBS

### Composição Paritária

- Todos os entes serão representados, de forma paritária, na instância máxima de deliberação do Conselho Federativo:
- 27 membros para estados e DF; e
- 27 membros para municípios e DF, eleitos nos seguintes termos:
- ✓ 14 representantes, com base nos votos de cada Município, com valor igual para todos;
- ✓ 13 representantes, com base nos votos de cada Município ponderados pelas respectivas populações.

### Competências e Atribuições

- Editar um **regulamento único** para o IBS
- **Uniformizar a interpretação** e a aplicação da legislação do imposto.
- **Arrecadar o IBS**, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação.
- Decidir o **contencioso administrativo**.
- Coordenará a **atuação integrada** dos entes na fiscalização, no lançamento, na cobrança e na representação administrativa ou judicial do imposto.



### Contencioso Tributário

- Comitê Gestor terá a competência para prever a integração e decidir o contencioso administrativo relativo ao IBS e CBS.



### Quórum de aprovação

- **Quórum de aprovação cumulativo:**
  - pela maioria absoluta; e representantes de 50% da população do país, com relação a estados e DF; **e**
  - pela maioria absoluta dos representantes, no caso dos municípios e DF.



### Compartilhamento de Informações

- Possibilidade de compartilhamento de informações fiscais entre administrações tributárias, conselho federativo, União e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para atuação harmonizada.



### Presidência

- Cargo alternado entre o conjunto dos Estados e DF e o conjunto dos Municípios.
- A indicação para o cargo requer notórios conhecimentos de administração tributária e a aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal.



### Cobrança unificada

- O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços e a administração tributária da União **poderão implementar soluções integradas** para a administração e cobrança do IBS e da CBS.

# Reforma Tributária aprovada pelo Senado (cont.)

## O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FDR)

### Objetivo:

Reduzir as desigualdades regionais e sociais, por meio de investimentos em:



Estudos, projetos e obras de infraestrutura



Fomento a atividades produtivas com elevado potencial de geração de emprego e renda, incluindo a concessão de subvenções econômicas e financeiras;



Ações com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação



**Em qualquer caso**, a aplicação de recursos priorizará ações de sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono.

### Recursos



**A União** entregará anualmente recursos ao fundo conforme o seguinte cronograma:



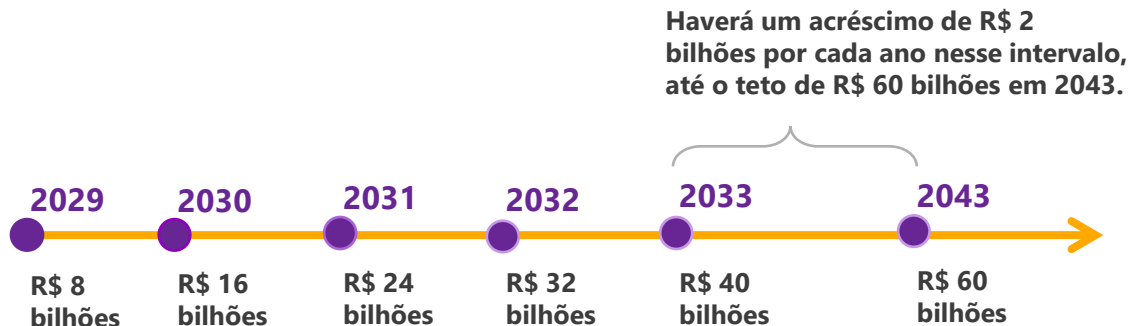
Os valores serão corrigidos pelo IPCA de 2033 até a entrega.



O Fundo de desenvolvimento regional pode também receber após 2032 os valores remanescentes do fundo de compensação de benefícios fiscais (FDR).



Apesar de os recursos terem origem federal, **cabe aos Estados** a definição da aplicação dos recursos do fundo.





# Reforma Tributária aprovada pelo Senado (cont.)

## O Fundo de compensação de benefícios fiscais

### Objetivo:

Compensar pela Reforma as **pessoas** que possuam benefícios fiscais de ICMS concedidos por prazo certo e com condição, inclusive aqueles convalidados pela LC nº 160/17.

### Requisitos cumulativos dos benefícios a serem compensados.

**\$ Onerosidade e prazo certo** do benefício de ICMS

**Benefício concedido até 31/05/23**

**Registro e depósito no CONFAZ**, para os benefícios convalidados pela LC nº 160/17.

A cumprimento das condições da norma concessiva do benefício é condição para a manutenção da compensação.

A compensação **se inicia em 2029**, e irá até 2032.

### Estão também inclusos no Fundo de compensação:



As montadoras beneficiadas pelos artigos 11-C da Lei nº 9.440/97 e 1º a 4º da Lei nº 9.826/99



Os contribuintes que, na data da promulgação da Emenda resultante da PEC nº 45/19, tenham migrado ou estejam no processo de migração de um benefício fiscal para outro, em função de alterações na legislação estadual.

## Pontos a serem definidos em Lei Complementar



Critérios para a apuração do nível de benefícios e de sua redução.



Procedimentos de análise, pela União, dos requisitos para habilitação do requerente à compensação.

## Recursos



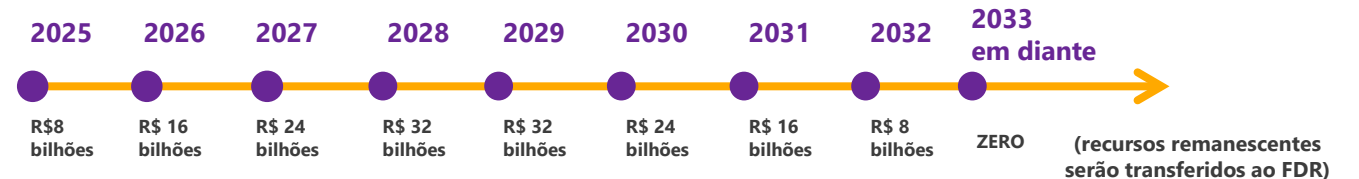
Os valores serão corrigidos pelo IPCA de 2033 até a entrega.



Se os recursos forem insuficientes para a compensação, a União **deverá fazer um complemento de recursos**.



**A União** entregará anualmente recursos ao fundo conforme o seguinte cronograma:



# Reforma Tributária aprovada pelo Senado (cont.)

## Ressarcimento de créditos e saldos credores

### Créditos de IBS e CBS

- A forma e o prazo serão estabelecidos por **Lei Complementar**.

### IPI, PIS e COFINS

- Lei complementar definirá a forma de utilização, podendo estabelecer uma compensação com a CBS ou outros tributos federais, ou o ressarcimento em dinheiro

### ICMS

Serão compensados, mediante homologação pelos Estados, com o IBS em **240 parcelas mensais, iguais e sucessivas a partir de 2033**, ano após o qual o esses créditos serão atualizados pelo IPCA.

Para os bens do ativo permanente, a compensação com o IBS poderá ocorrer até o fim do prazo de 48 meses estabelecido pela LC nº 87/96.

Lei complementar regulará o parcelamento da compensação, a transferência de créditos para terceiros e a forma pela qual o ressarcimento será realizado caso a compensação com o IBS não seja possível.



### Regulamentação da Emenda resultante da PEC nº 45/19

Foi criado um **prazo de 180 dias** após a promulgação da Emenda Constitucional para que os projetos de lei para a regulamentação da Reforma sejam apresentados.



### Alterações em contratos

Lei complementar poderá estabelecer instrumentos de ajustes nos contratos firmados anteriormente à entrada em vigor das leis instituidoras da CBS e do IBS dos efeitos econômicos e financeiros decorrentes da instituição destes tributos, **inclusive para concessões públicas**.

# Reforma Tributária aprovada pelo Senado (cont.)

Regime de Transição para os contribuintes

## 2026

**IBS (0,1%) + CBS (0.9%) + PIS/COFINS (9,25%) + ICMS (18%) + ISS (5%) + IPI (~%)**

Alíquota de 0,9% de CBS e de 0,1% do IBS, compensáveis com o PIS/Cofins ou, na impossibilidade dessa compensação, compensado com qualquer outro tributo federal ou ressarcido em até 60 dias.

# Reforma Tributária aprovada pelo Senado (cont.)

## Regime de Transição para os contribuintes

### 2027 e 2028

**IBS (0,1%) + CBS (??%) + ~~PIS/COFINS (9,25%)~~ + ICMS (18%) + ISS (5%) + ~~IPI (-%)~~ + IS (??%) + CIDE ZFM (??%)**

Cobrança plena da CBS, do IS e da CIDE-ZFM, com a extinção do IPI.

Se a CIDE-ZFM não for instituída, o IPI, ao invés de ser extinto, será reduzido a zero, exceto para os produtos também fabricados na ZFM, e não poderá ser cumulado com o IS.

Em 2027 e 2028, o IBS será cobrado com alíquota estadual de 0,05% e municipal de 0,05%.

# Reforma Tributária aprovada pelo Senado (cont.)

Regime de Transição para os contribuintes

## 2029 a 2032

IBS (??%) + CBS (??%) + ICMS (<18%) + ISS (<5%) + ~~IPI (~%)~~ + IS (??%) + CIDE ZFM (??%)

Entrada proporcional do IBS e redução gradual e proporcional do ICMS e do ISS



# Reforma Tributária aprovada pelo Senado (cont.)

Regime de Transição para os contribuintes

## 2033

**IBS (??%) + CBS (??%) + ~~ICMS (18%) + ISS (5%) + IPI (~%) + IS (??%) + CIDE ZFM~~**

Extinção do ISS, ICMS e vigência integral do novo sistema com extinção do antigo

Se a CIDE-ZFM não for criada, o IPI continuará vigente.

A transição para a Administração finalizaria somente em 2073, porém, em regra, não há mais efeitos aos contribuintes após 2033.



# **Impactos para operações com energia elétrica**

# Cenário Atual da Tributação da Energia Elétrica no Brasil

Setor altamente regulado cuja complexidade gera carga tributária elevada ao consumidor final de bem essencial

## Composição da Tarifa de Energia Elétrica:



### 1) Aquisição de energia elétrica (Energia Comprada):

Valor determinado por leilões públicos que garantem transparência no custo e competitividade no preço;



### 2) Uso do sistema de distribuição uso do sistema de transmissão:

custos relacionados ao transporte da energia desde as unidades geradoras até os sistemas de distribuição e os custos com a atividade de distribuição



### 3) Encargos Setoriais (30% do valor da fatura – mais de 18 encargos):

Viabilizam a implantação de políticas públicas no setor, seus valores constam de resoluções da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de luz.  
Ex.: PROINFA e CDE.

#### (1) GERAÇÃO:

- **ICMS**  
Incidência na venda para consumidor final (interna e interestadual)  
Não incidência na venda para comercialização e industrialização (interestadual)  
Incidência na venda para comercialização e industrialização (interna – possíveis divergências de interpretação sobre a incidência a depender da legislação estadual)
- **PIS/COFINS**
- **IRPJ/CSLL**
- **ENCARGOS SETORIAIS**



#### (4) COMERCIALIZAÇÃO:

- **ICMS**  
Incidência na venda para consumidor final (interna e interestadual)  
Não incidência na venda para comercialização e industrialização (interestadual)  
Incidência na venda para comercialização e industrialização (possíveis divergências de interpretação sobre a incidência a depender da legislação estadual)
- **PIS/COFINS**
- **IRPJ/CSLL**
- **ENCARGOS SETORIAIS**



## Tributação da cadeia:

#### (2) TRANSMISSÃO:

- **ICMS**  
Diferido para o momento do consumo
- **PIS/COFINS**
- **IRPJ/CSLL**
- **ENCARGOS SETORIAIS**



#### (3) DISTRIBUIÇÃO:

- **ICMS**  
Incidência na venda (interna)
- **PIS/COFINS**
- **IRPJ/CSLL**
- **ENCARGOS SETORIAIS**

Obs.: \* Trata-se do cenário da tributação geral para o setor, sem considerar a diferença de tratamento para operações específicas, como em ACL e utilização da rede básica, não contemplando também a atribuição de responsabilidade de cada contribuinte para o recolhimento dos tributos.

# Cenário Pós-Reforma para operações com Energia Elétrica

2026

2027 e 2028

2029 a 2032

2033



GERAÇÃO

**IBS (0,1%) + CBS (0.9%) + PIS/COFINS (9,25%) + ICMS (18%)**

ICMS: Incidência na venda para consumidor final (interna e interestadual); Não incidência na venda para comercialização e industrialização (interestadual). Incidência na venda para comercialização e industrialização (interna – possíveis divergências de interpretação sobre a incidência a depender da legislação estadual)

**IBS (0,1%) + CBS (??%) + PIS/COFINS (9,25%) + ICMS (18%) + CIDE ZFM (??%)**

ICMS: Incidência na venda para consumidor final (interna e interestadual); Não incidência na venda para comercialização e industrialização (interestadual). Incidência na venda para comercialização e industrialização (interna – possíveis divergências de interpretação sobre a incidência a depender da legislação estadual)

**IBS (??%) + CBS (??%) + ICMS (<18%) + CIDE ZFM (??%)**

ICMS: Incidência na venda para consumidor final (interna e interestadual); Não incidência na venda para comercialização e industrialização (interestadual). Incidência na venda para comercialização e industrialização (interna – possíveis divergências de interpretação sobre a incidência a depender da legislação estadual)

**IBS (??%) + CBS (??%) + CIDE ZFM**



TRANSMISSÃO

**IBS (0,1%) + CBS (0.9%) + PIS/COFINS (9,25%) + ICMS (18%)**

Dúvida: IBS e CBS serão diferidos para o Consumo como o ICMS? Dependerá de Lei Complementar

**IBS (0,1%) + CBS (??%) + PIS/COFINS (9,25%) + ICMS (18%) + CIDE ZFM (??%)**

Dúvida: IBS e CBS serão diferidos para o Consumo como o ICMS? Dependerá de Lei Complementar

**IBS (??%) + CBS (??%) + ICMS (<18%) + CIDE ZFM (??%)**

Dúvida: IBS e CBS serão diferidos para o Consumo como o ICMS? Dependerá de Lei Complementar

**IBS (??%) + CBS (??%) + CIDE ZFM**

Dúvida: IBS e CBS serão diferidos para o Consumo como o ICMS? Dependerá de Lei Complementar



DISTRIBUIÇÃO

**IBS (0,1%) + CBS (0.9%) + PIS/COFINS (9,25%) + ICMS (18%)**

ICMS: Incidência na venda interna

**IBS (0,1%) + CBS (??%) + PIS/COFINS (9,25%) + ICMS (18%) + CIDE ZFM (??%)**

ICMS: Incidência na venda interna

**IBS (??%) + CBS (??%) + ICMS (<18%) + CIDE ZFM (??%)**

ICMS: Incidência na venda interna

**IBS (??%) + CBS (??%) + CIDE ZFM**



COMERCIALIZAÇÃO

**IBS (0,1%) + CBS (0.9%) + PIS/COFINS (9,25%) + ICMS (18%)**

ICMS: Incidência na venda para consumidor final (interna e interestadual); Não incidência na venda para comercialização e industrialização (interestadual); Incidência na venda para comercialização e industrialização (possíveis divergências de interpretação sobre a incidência a depender da legislação estadual)

**IBS (0,1%) + CBS (??%) + PIS/COFINS (9,25%) + ICMS (18%) + CIDE ZFM (??%)**

ICMS: Incidência na venda para consumidor final (interna e interestadual); Não incidência na venda para comercialização e industrialização (interestadual); Incidência na venda para comercialização e industrialização (possíveis divergências de interpretação sobre a incidência a depender da legislação estadual)

**IBS (??%) + CBS (??%) + ICMS (<18%) + CIDE ZFM (??%)**

ICMS: Incidência na venda para consumidor final (interna e interestadual); Não incidência na venda para comercialização e industrialização (interestadual); Incidência na venda para comercialização e industrialização (possíveis divergências de interpretação sobre a incidência a depender da legislação estadual)

**IBS (??%) + CBS (??%) + ICMS (<18%) + CIDE ZFM (??%)**

ICMS: Incidência na venda para consumidor final (interna e interestadual); Não incidência na venda para comercialização e industrialização (interestadual); Incidência na venda para comercialização e industrialização (possíveis divergências de interpretação sobre a incidência a depender da legislação estadual)

# Temas Relevantes ao Setor de Energia Elétrica:

## Pontos Positivos:

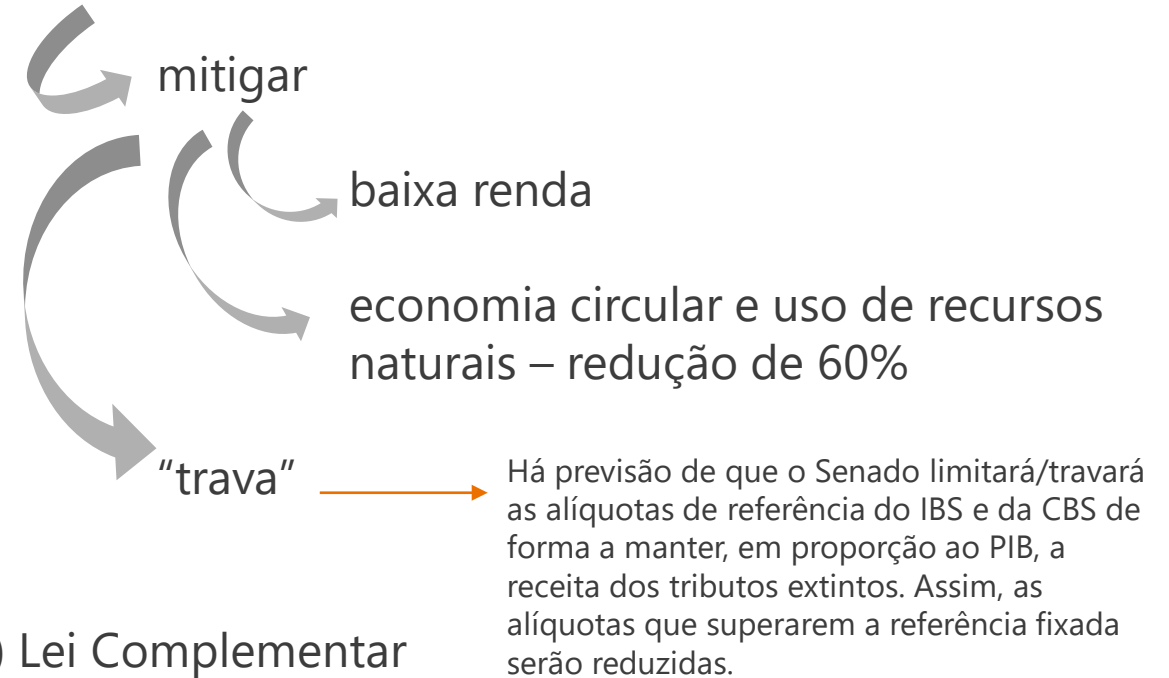
- 1) Princípios: Simplicidade, transparência, justiça fiscal, proteção ao meio ambiente
- 2) Tributação na cadeia: hoje ICMS (geração, transmissão, comercialização) + PIS/COFINS (cumulativo)

Geração  
Transmissão  
Comercialização  
Distribuição

- 3) Bens de Capital + Contratos de Concessão
- 4) Transição: "faca de dois gumes"

## Pontos de Atenção:

- 1) Seletivo: Fontes energéticas
- 2) Aumento de Carga → Regimes específicos

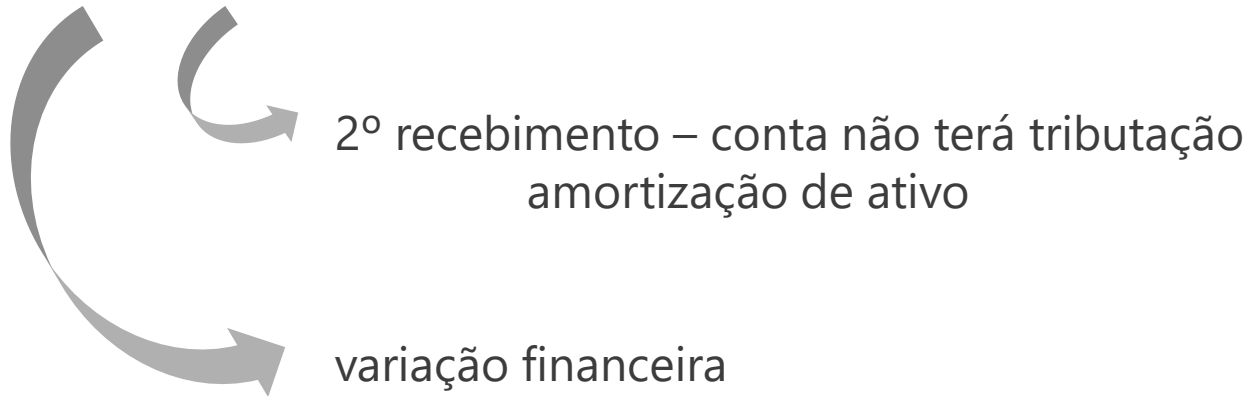


- 3) Lei Complementar
- 4) Transição: "faca de dois gumes"



## CVA – Pontos de Atenção:

- Para todo registro de CVA tem o registro no resultado
- Despesa excedente do custo → receita equivalente
- 2016 – PIS/COFINS → competência



- **Portaria 368/23** – Programa de Reforma Sobre o Consumo – Núcleo de inteligência
- **Solução de Consulta COSIT nº 101/2016:** *"As receitas reconhecidas em contrapartida aos valores registrados na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) integram a base de cálculo dos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, e devem ser oferecidas à tributação no período de apuração em que forem verificadas as diferenças positivas e registradas na escrituração contábil da concessionária."*

# Outros Temas Relevantes ao Setor:

## Temas Relevantes:



**Aumento da carga tributária geral – novas materialidades para o setor**

### Cenário atual

- **ICMS não incide (i)** em operações interestaduais com energia elétrica destinada à comercialização e industrialização; **(ii)** é diferido até a venda a consumidor final (i.e., recolhimento do ICMS no destino, quando do consumo da energia elétrica); **(iii)** na autoprodução de energia elétrica; e **(iv)** em transações financeiras na CCEE para liquidação de diferenças contratuais.
- **PIS/Cofins:** há regime especial que permite às comercializadoras recolherem o PIS/Cofins a 3,65% sobre as transações financeiras específicas.



**Texto atual da PEC 45**

- Incidência da CBS e do IBS em qualquer transação com energia elétrica, ainda que a transação não implique o seu consumo.
- O crédito amplo dependendo de lei complementar futura



### Alterações em contratos

Lei complementar poderá estabelecer instrumentos de ajustes nos contratos firmados anteriormente à entrada em vigor das leis instituidoras da CBS e do IBS dos efeitos econômicos e financeiros decorrentes da instituição destes tributos, **inclusive para concessões públicas.**



## A trava contra o aumento da carga tributária:



Ministro da Fazenda deu declarações públicas recentes de que a alíquota-base do IVA Dual, após as modificações implementadas pelo Senado, giraria em torno de 25,9% a 27,5% - **maior alíquota de IVA do mundo.**



Foi criada uma previsão expressa de que o Senado limitará/travará as alíquotas de referência do IBS e da CBS de forma a manter, em proporção ao PIB, a receita dos tributos extintos



Também foi previsto de forma expressa que as alíquotas que superarem a referência fixada **serão reduzidas.**

# Outros Temas Relevantes ao Setor: (cont.)

## Regimes Específicos que DEIXAM de existir:



REIDI

- **REIDI** – Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – **5 anos da data de aprovação do projeto de infraestrutura)**
  - Suspensão de PIS e COFINS na **venda ou importação de serviços e máquinas**, equipamentos e de materiais de construção, para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao **ativo imobilizado**.



Bens de capital

- **CAPEX** - A Lei complementar do IBS e da CBS poderá trazer regras de desoneração da aquisição de bens de capital, o que pode ser implementado por uma redução em 100% das alíquotas aplicáveis (medida elimina necessidade do REIDI)



## Imposto Seletivo

- Tributo Federal e incide sobre produção, **comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente**.
- **Não incide sobre bens e serviços com alíquotas reduzidas** (art. 9º, §9º da PEC);
- A trava contra o aumento da carga tributária **NÃO** se aplica ao IS.

## Imposto Seletivo - alterações no Senado:



- **Não incidência sobre energia elétrica e telecomunicação**



- **Caráter Extrafiscal;**



- **Finalidade: desestimular a produção e o consumo de bens e serviços que sejam prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente;**



- **Hipóteses definidas em lei complementar;**



- **Mecanismos de análise de impacto e resultado regulatório para avaliar as hipóteses, bens e serviços tributados pelo IS**



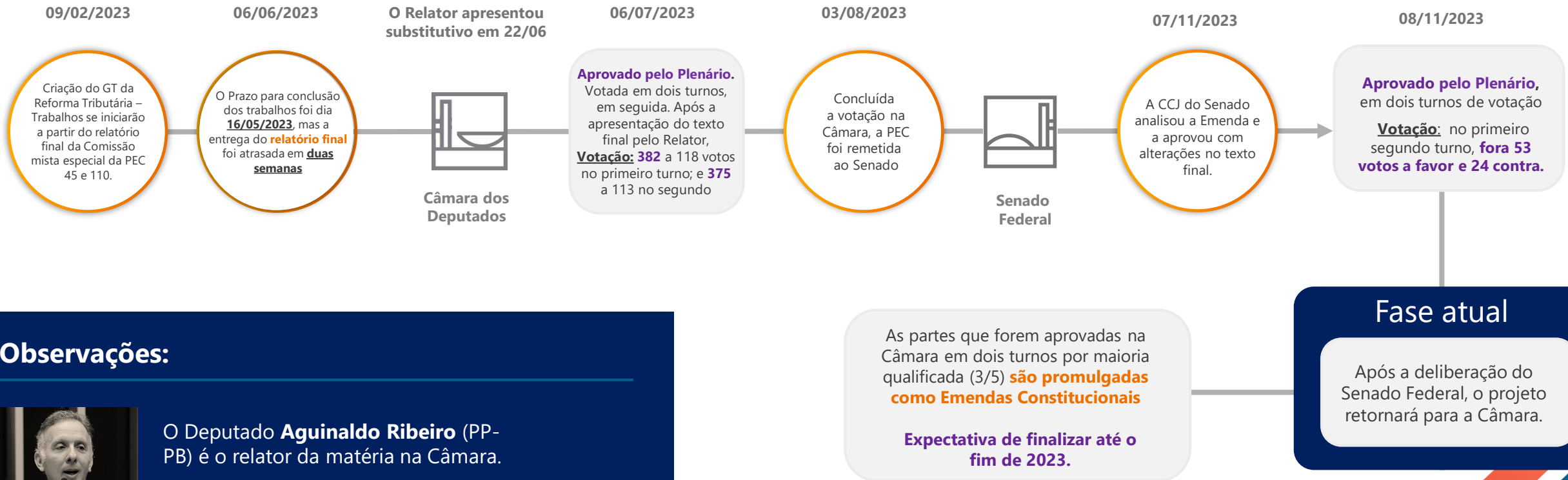
# **Cenário Político Atual**

# Cenário Político Atual

- **Presidente Lula** inclui na agenda prioritária a reforma tributária – retomando as discussões que estavam dormentes desde 2019.
- Posição das principais lideranças do Congresso Nacional é favorável à aprovação de uma reforma tributária.
- O texto final foi apresentado, votado e **aprovado em dois turnos** pelo **Plenário da Câmara dos Deputados no dia 06/07**, sendo remetido ao Senado em sequência.
- No Senado, a PEC nº 45/19 foi distribuída para o relator, Sen. **Eduardo Braga (MDB/AM)**, cujo parecer foi aprovado com alterações pela CCJ do Senado.
- Após deliberação pela CCJ, texto foi aprovado em dois turnos no plenário do Senado Federal (53 votos favoráveis contra 24).
- No momento, **a proposta aguarda o retorno para a Câmara dos Deputados**, a qual analisará o tema novamente.
- **A expectativa é de inclusão em pauta diretamente no Plenário a partir da próxima semana.**
- Se houver a aprovação em 2 turnos por maioria qualificada (3/5 – 308 deputados) pela Câmara, **as partes aprovadas são promulgadas como Emendas Constitucionais.**
- **Presidente Arthur Lira pontuou publicamente a possibilidade de “fatiamento” para aprovação das partes da PEC “consensuais” entre Câmara e Senado.**
- **Demais pontos “controversos” seriam analisados em um segundo momento pela Câmara dos Deputados.**



# Visão Geral da Reforma Tributária (PEC 45/2019)



## Observações:



O Deputado **Aguinaldo Ribeiro** (PP-PB) é o relator da matéria na Câmara.

A Câmara ainda deliberará sobre a forma de apreciação da PEC nº 45/19, após a votação no Senado.





COMITÊ TRIBUTÁRIO

# Obrigada!

**Ariane Costa Guimarães**

(Sócia Tributário e Rel. Gov.)

[ariane.guimaraes@mattosfilho.com.br](mailto:ariane.guimaraes@mattosfilho.com.br)

realização  
**ABRACONEE**  
Associação Brasileira dos Contadores  
do Setor de Energia Elétrica

